

Certos temas da Constituinte são retrogrados

Luiz Vasone (*)

Toda a sociedade brasileira está sendo informada, através dos meios de comunicação, sobre o andamento das discussões que envolvem a Assembléia Nacional Constituinte. Inúmeras são as sugestões enviadas às várias comissões. No entanto, muitos dos temas que vêm sendo debatidos têm causado apreensão aos setores empresariais, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho e a estabilidade. Em primeiro lugar é preciso deixar claro que essa tendência demonstra a preocupação dos constituintes em salvaguardar o emprego no setor público em benefício do clientelismo político.

Preocupados com esta tendência, os empresários gráficos pedem mudanças da retórica tão constantemente apresentada pela classe política, especialmente nesse momento pa-

triótico, quando a Nação construirá a sua mais nova Carta Magna. Deve existir, sim, uma necessidade de se estabelecerem mecanismos de controle do déficit público, da dívida externa e do enorme contingente de pessoal alocado nas áreas governamentais. Propostas como as que foram, em primeira votação, aprovadas pela Comissão de Ordem Social implicam retrocesso no desenvolvimento econômico.

Envolvidos, como toda a sociedade brasileira, com a Constituinte, os empresários do setor gráfico lutarão ininterruptamente nesta oportunidade pela não continuidade da intervenção do Estado nas discussões da relação capital-trabalho nem a crescente intromissão de empresas estatais em setores nos quais a iniciativa privada pode perfeitamente abastecer o mercado. O empresário gráfico entende que, neste crucial momento, os governantes não devem ar-

car com o ônus de decisões precipitadas nem transferir para a sociedade e a classe empresarial os prejuízos causados pelos desmandos oportunistas de parte da classe política. O que se propõe é que a união do capital-trabalho venha a ser a legítima saída contra o intervencionismo predatório do governo na economia.

E necessário haver, naqueles que têm atualmente o poder de construir a legislação do futuro, consciência para criar instrumentos capazes de propiciar à iniciativa privada o desempenho de seu papel produtivo, dentro estritamente do binômio economia de mercado e democracia.

Neste quadro de fundamentais mudanças, há que se reduzir o fosso tecnológico que separa o setor gráfico brasileiro dos países desenvolvidos, visto que é inadmissível que o País, em 1987, tenha, segundo a Câmara Brasileira do Livro, de importar o montan-

te de cerca de US\$ 15 milhões em livros, quando só a liberação dos projetos de importação de máquinas gráficas, em tramitação do CDI, implicaria a retomada das exportações do parque industrial gráfico em curtíssimo prazo, sem impor neste ano um gravame adicional à balança comercial.

Mudar, agora, é fundamental. Os instrumentos legais estão nas mãos da classe política e dependerá dela a implantação de uma efetiva democracia econômica, conciliando as diversas sugestões consistentes, sejam elas da classe empresarial, sejam da classe trabalhadora. Parece evidente que a liberdade democrática tem de ser assegurada com a liberdade de mercado, sem a participação gravosa do Estado-empresário.

(*) Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) — Regional São Paulo.